

# “Ou eu emito, ou seguro o desembolso. E eu não vou emitir”, diz ministro

por Raquel Stenzel  
de Brasília

O presidente da República, Itamar Franco, deverá divulgar nas próximas horas um decreto fazendo uma reprogramação financeira do Tesouro Nacional até o final do ano. O objetivo, segundo explicou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, é zerar o déficit primário deste ano, incluindo as despesas com a Previdência Social.

No lugar do desembolso de 42% previstos para os meses de novembro e dezembro, o Executivo irá liberar apenas 28% das verbas previstas para o segundo semestre. E outros 15% serão desembolsados no próximo ano, como restos a pagar.

O ministro da Fazenda, com essa decisão, está rompendo um acordo firmado em julho com o Congresso Nacional de, após aprovado um corte no orçamento de US\$ 6 bilhões — na realidade foram apenas US\$ 4,1 bilhões —, não modificar o cronograma de desembolso e tampouco utilizar o instrumento do contingenciamento. Pelo acordo firmado, os recursos seriam desembolsados da seguinte forma: 15% em julho e agosto, 38% em setembro e outubro, 42% em novembro e dezembro e 5% de restos a pagar.

Segundo Fernando Henrique, o rompimento do acordo é necessário devido às dificuldades enfrentadas pelo Tesouro Nacional. “Fizemos o programa, mas os recursos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) não vieram! Ou eu emito ou seguro o desembolso. E eu não vou emitir”, afirmou. No seu entender, o fato de estar em curso uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento também justifica o rompimento do acordo. “Há uma CPI em curso” e tem de se olhar com mais cautela a destinação dos recursos.”

Ainda não está definido que áreas sofrerão com a reprogramação financeira do Tesouro. Mas o ministro anunciou que a Previdência Social, a Saúde, a Ciência e Tecnologia e o Programa de Combate à Fome são prioritários. E que se



Fernando Henrique  
Cardoso

for necessário serão remanejados recursos para manter os hospitais e a previdência. O pagamento do 13º salário dos funcionários públicos também está assegurado.

No projeto de suplementação orçamentária enviado ontem ao Congresso Nacional pelo presidente Itamar Franco, o ministro Alexis Stepanenko informa que o excesso de arrecadação previsto para este final de ano é de CR\$ 2,594 trilhões. Esse excesso decorre, principalmente, das diferenças entre a inflação prevista no orçamento e a inflação observada efetivamente.

O total do excesso, cerca de CR\$ 1,015 trilhão, será utilizado agora para o pagamento de pessoal e encargos sociais. De acordo com o projeto de suplementação, a necessidade de CR\$ 1,034 trilhão para pessoal será coberta com o acréscimo de mais CR\$ 18,892 bilhões que estão identificados no texto apenas como “outras fontes”.

“Nos próximos dias, o governo enviará um novo projeto ao Congresso, com os créditos necessários para as áreas de previdência e saúde, além de vinculações constitucionais. Nessa oportunidade, será dada destinação à parte restante do excesso de arrecadação previsto, informou a Agência Brasil.

Além da reprogramação financeira, o governo está contando com um crescimento médio mensal de US\$ 400 milhões da arrecadação para tapar o rombo do orçamento deste ano. Segundo Fernando Henrique, o déficit primário deste ano é de US\$ 1,9 bilhão.